


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4002543-05.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Exibição - Medida Cautelar**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 28/04/2014 17:59:35 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

CARISANI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME ajuizou ação de Exibição de Documentos contra **ITAÚ UNIBANCO S/A** pedindo a condenação do requerido à exibição dos documentos listados às fls. **05** dos autos, a saber: contrato de abertura da conta corrente n. 08519-9; extratos da conta corrente nº 08519-9 desde 01/01/2008; contrato de implantação do cheque especial e suas renovações; contrato para abertura do crédito para desconto de cheques e suas renovações; contrato de todos os empréstimos e financiamentos realizados no período de 01/01/2008; contrato de giro rápido rotativo e fixo pactuado entre as partes desde 01/01/2008; todos os extratos e borderôs de desconto de cheques e títulos no período de 01/01/2008; comprovantes de todas as transferências realizadas destas contas para outras; todos os contratos aqui não citados, ora pactuados no período de 01/01/2008 até a presente data.

O requerido foi citado e apresentou contestação, na qual alega, em síntese, que não apresentou os documentos porque o requerente efetuou pedido genérico e não efetuou o pagamento das tarifas bancárias necessárias, motivo pelo qual ou não há interesse de agir, pela falta de resistência real ao pedido, ou a ação é improcedente.

Houve réplica (fls. 77/81).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a prova documental constante dos autos é suficiente para a solução da controvérsia.

Afasta-se a preliminar de interesse de agir.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A leitura das manifestações do requerente permite concluir que o objetivo é a obtenção dos documentos mencionados sem o pagamento prévio de tarifas.

Já a contestação da instituição financeira evidencia que somente fornecerá tais documentos após o pagamento da tarifa, pelo consumidor.

Vê-se que existe pretensão resistida, fazendo-se necessária a intervenção jurisdicional para solucionar a controvérsia.

Ingressa-se no mérito.

É amplamente majoritário no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o entendimento segundo o qual, na ação de exibição de documentos, deve a instituição financeira apresentar os documentos pleiteados pelo consumidor, sem a possibilidade de condicionar a medida ao pagamento de tarifa bancária.

Primeiro, porque é direito básico do consumidor o direito à informação, previsto no art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, de onde se extrai o dever da instituição bancária de fornecer os documentos pleiteados independentemente da cobrança de tarifas, sob pena de violar-se o seu núcleo essencial.

Segundo, porque cuida-se de documentos comuns às partes, nos termos do art. 358, III, do Código de Processo Civil, não podendo a instituição financeira resistir à ordem judicial com base no argumento da tarifa.

Terceiro, porque é igualmente assegurada ao consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos em juízo, nos termos do art. 6º, VIII, do diploma de regência, instituto este ligado ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) e que tem por conteúdo teleológico a eliminação de óbices que dificultem a defesa judicial, pelo consumidor, dos seus interesses, tal como ocorre, na hipótese em comento, com as tarifas bancárias exigidas pelo banco.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

Ação de exibição de documentos. Extratos bancários. Precedente da Corte. 1. Na ação de exibição de documentos, no caso, extratos de conta de poupança, não pode a instituição financeira condicionar a exibição ao pagamento de tarifa bancária, pouco relevando a alegação de que já eram fornecidos mensalmente. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 653.895/PR,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.02.2006, DJ 05.06.2006 p. 259)

Recurso Especial. Processual Civil. Instituição bancária. Exibição de documentos. Custo de localização e reprodução dos documentos. Ônus do pagamento. O dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva. - Se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem ter que adiantar para tanto os custos dessa operação. (STJ, REsp 330.261/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.12.2001, DJ 08.04.2002 p. 212)

Cautelar - Exibição de documentos - Cópias de contratos e extratos bancários - Documentos apresentados pelo banco - Pretensão à cobrança de tarifa pela extração de segunda via - Inadmissibilidade - Relação de consumo - Direito à informação e facilitação da defesa do consumidor - Determinação judicial de exibição que não se confunde com deferimento de pedido de segunda via - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. Honorários advocatícios - Medida cautelar - Exibição de documentos - Contratos e extratos de conta corrente apresentados pelo réu - Pedido procedente - Verba honorária devida - Princípio da causalidade - Gravame pecuniário a cargo daquele que deu evidente causa à querela - - Recurso improvido. (TJSP, Apelação 7.022.671.000, Relator(a): Carlos Luiz Bianco, Comarca: São José do Rio Preto, Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 25/08/2008, Data de registro: 23/09/2008)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e determino ao requerido que, no prazo de 30 dias, contados do trânsito em julgado da decisão final, junte aos autos: *contrato de abertura da conta corrente n. 08519-9; extratos da conta corrente nº 08519-9 desde 01/01/2008; contrato de implantação do cheque especial e suas renovações; contrato para abertura do crédito para desconto de cheques e suas renovações; contrato de todos os empréstimos e financiamentos realizados a partir de 01/01/2008; contrato de giro rápido rotativo e fixo pactuado entre as partes*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

desde 01/01/2008; todos os extratos e borderôs de desconto de cheques e títulos no período de 01/01/2008; comprovantes de todas as transferências realizadas destas contas para outras; todos os contratos aqui não citados, e pactuados no período de 01/01/2008 até a presente data.

Condeno o requerido, ainda, nas custas e honorários advocatícios, os quais arbitro, por equidade, em R\$ 724,00, considerando-se os critérios previstos no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA